

**MESTRADO EM
FINANÇAS**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM FINANÇAS

MICROCRÉDITO EM CABO VERDE
ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DE DUAS
INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS EM
2008 E 2009

POR: ANA SOFIA SANTA RITA VIEIRA SILVA

ORIENTAÇÃO:
PROFESSOR DOUTOR MANUEL BRANDÃO ALVES

DEZEMBRO-2012

Acrónimos

- ACDI/VOCA** – Agricultural Cooperative Development International/ Volunteers in Overseas Cooperative Assistance
- ADF** – Fundação para o Desenvolvimento em África
- ADIRV** - Associação de Desenvolvimento Integral de Rui Vaz
- ANDC**- Associação *Nacional de Direito ao Crédito*
- ASDIS** - Associação para Solidariedade Social e Desenvolvimento Comunitário da ilha de Santiago
- BCA** - Banco Comercial do Atlântico
- BCV**- Banco de Cabo Verde
- CECV**- Caixa Económica de Cabo Verde
- CPCMM** - Caixa de Poupança e Crédito Mútuo Maiense
- CGAP**- Grupo Consultivo para a Assistência aos mais Pobres
- CITI-HABITAT** - Centro de Investigação de Tecnologia Intermediária para o Habitat
- ECV/CVE** - Escudos Cabo-verdianos/Cape Verdean Escudos
- FAMIPICOS** - Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Familiar;
- FAM-F**- Federação das Associações que Operam na Área De Microfinanças
- I.E.F.P** - Instituto de Emprego e Formação Profissional
- IMF's**- Instituições de Microfinanças
- MCA-CV** - Millennium Challenge Account - Cabo Verde
- MORABI**- Associação de Apoio à Auto Promoção da Mulher no Desenvolvimento
- OMCV**- Organização das Mulheres de Cabo Verde
- ONG**- Organização não-governamental
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- SOLDIFOGO**- Organização das Associações de Solidariedade para o Desenvolvimento da ilha do Fogo;
- SOLMI** - Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção

Resumo

O microcrédito é o empréstimo de pequenos montantes, dirigidos a camadas pobres da população, sem acesso ao crédito bancário, que pretendam investir numa actividade económica e revelem capacidades que permitam antever o êxito da iniciativa.

Nasceu no Bangladesh, na década de 1970, por iniciativa de Muhammad Yunus. Revolucionou o processo de crédito ao associar o carácter social e a sustentabilidade económica e transformou a vida das pessoas que passando a participar nas actividades da sociedade civil, se incluem nela.

Chegou a Cabo Verde nos anos noventa do século vinte. No final de 2009, doze Instituições de Microfinanças implementavam o microcrédito.

Em 2008 e 2009 as duas Instituições de Microfinanças com maior carteira, a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e a Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI) tiveram auto-sustentabilidade operacional. Em 2008 foram auto-sustentáveis financeiramente mas esta diminuiu em 2009.

As taxas de juro são elevadas mas os clientes têm-se mostrado satisfeitos com os resultados obtidos.

O financiamento é o principal desafio das Instituições de Microfinanças.

Para uma actividade com apenas dez anos, implementada numa franja da população não familiarizada com a prática bancária, não há dúvida que as Instituições de Microfinanças trabalharam muito para conseguirem os resultados alcançados.

Palavras-chave: microcrédito, auto-emprego, inclusão, êxito, sustentabilidade, financiamento.

Summary

Microcredit is the lending of small loans to empowerished borrowers to whom the access to banking is denied but, they show the capacity to grow an economic activity. With this microloan the borrowers will build small business and rise out of poverty.

Microcredit originates at the Bangladesh, during the twenty centuries' seventy years under the Muhammad Yunus initiative. It revolutionized the credit process because it's an instrument able to associate the social and the sustainability aspects changing at all the people life-the promotion of: employment, the self-esteem, and the social inclusion and participation in the civil society.

In Cape Verde the microcredit rose at the end of the last century. At the end of the 2009 year, it was implemented under the leadership of twelve Microfinances Institutions.

The Cape Verde Women Organization (OMCV) and the The Women Developpement Self-Promotion Association (MORABI) data analyses , show an operational self-sustainability during the 2008 and the 2009 years, a financially self-sustainability during the 2008 year which decrease during the 2009 year.

Despite the high interest rate the clients are satisfied with the outcome. Funding is the major challenge of the microfinance institutions.

For ten years of operations , implemented over a level of the population not familiar with banking activities, one must admit that the Microfinances Institutions work hard to achieve the goals.

Key-words: microcredit, own economic activity, inclusion, success, self-sustainability, funding

Índice

Introdução	10
Capítulo I – O microcrédito: aspectos relevantes	12
1.1. Antecedentes do microcrédito	12
1.2. Origem, conceitos e metodologia do microcrédito	12
1.3. O microcrédito como ferramenta de combate à pobreza	15
1.4. Experiências de microcrédito	15
Capítulo II - O microcrédito em Cabo Verde	18
2.1. Características do emprego e da pobreza	18
2.2. Evolução do microcrédito em Cabo Verde	20
2.3. Política do Governo	20
2.4. Os agentes institucionais	21
2.5. Perspectivas de contextualização futura	25
2.6. O microcrédito e os clientes	26
Capítulo III – Sustentabilidade de duas Instituições de Microfinanças em 2008 e 2009	30
3.1. Organização das Mulheres de Cabo Verde – OMCV	30
3.2. Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento – MORABI	33
Conclusões	36
Bibliografia	40
Pessoas contactadas	46
Figura 1: Carta de Cabo Verde	18
Quadro 1(ADA, 2010,48): Operações de crédito efectuadas até finais de 2009	23
Quadro 2: Indicadores de resultados da OMCV e em 2008 e 2009	32
Quadro 3 Créditos concedidos em 2008 e 2009 pela OMCV	33
Quadro 4 Indicadores de resultados da MORABI em 2008 e 2009	35

Anexo1: OMCV - Balanços e Demonstração de Resultados	47
Anexo2: Morabi - Balanços e Demonstração de Resultados	49
Glossário	50

Prefácio

A presente dissertação dedica-se à evolução do microcrédito em Cabo Verde até ao final de 2009. Um resumo da história do microcrédito, conceito, origens, implementação e contribuição no combate à pobreza, faz o enquadramento do processo em Cabo Verde. Indicam-se algumas medidas tomadas pelo Governo para assegurar que as Instituições de Microfinanças prestem um trabalho melhor e mais transparente.

O estudo da sustentabilidade das duas Instituições de Microfinanças com maior carteira, permite concluir que o microcrédito tem contribuído para a criação de auto emprego resolvendo, para as famílias atingidas, o problema da alimentação, da saúde, da habitação, da educação dos filhos e a criação de novos empregos.

Agradecimentos

Agradeço muito reconhecidamente, ao meu orientador, Professor Doutor Manuel Brandão Alves pela disponibilidade, paciência, tolerância e palavras de incentivo durante a realização deste trabalho.

Um grande agradecimento pelo apoio que me dispensaram na recolha de elementos ao Dr. Laurent Mehdi Brito, Director da Unidade de Gestão do MCA-CV (Millennium Challenge Account-Cape Verde), à Professora Doutora Conceição Faheina Consultora da PlanetFinance para o microcrédito em Cabo Verde, ao Dr. Aguinaldo Marçal, Director do Projecto de Apoio ao Sector Privado do MCA-CV, à Eng.^a Elsa Simões Directora do Projecto de Conservação das Bacias Hidrográficas e Apoio à Agricultura do MCA-CV, ao Dr. Bernardino Gonçalves Presidente da FAM-F (Federação das associações que operam na área das microfinanças), à Dra. Lúcia dos Passos, Presidente da Morabi (Associação de Apoio à Auto Promoção da Mulher no Desenvolvimento), à Dra. Lina da Morabi, à Dra. Idalina Gonçalves Presidente da OMCV (Organização das Mulheres de Cabo Verde), à Dra. Eunice da OMCV, ao Dr. Antero Gomes Semedo, Presidente da FAMIPICOS (Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Familiar) à Dra. Sónia e à Dra. Anilda Soares, Consultora para o Instituto da Condição Feminina.

Agradeço à minha família, principalmente ao meu marido e aos meus filhos, pelo carinho que me dispensaram.

À colega do curso de mestrado, Andreia Telles, aos amigos que partilharam conhecimentos, documentos e me incentivaram e a todos que contribuíram para que este trabalho se realizasse, os meus sinceros agradecimentos

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus queridos filhos Bernardo e Bárbara

Introdução

A escolha do tema assenta no conhecimento da realidade cabo-verdiana, na relação do tema com o sector bancário de que tenho alguma experiência e na oportunidade de investir no conhecimento do microcrédito como instrumento de combate à pobreza.

O microcrédito é um serviço financeiro dirigido a camadas pobres da população sem acesso ao crédito bancário (Alves, 2008,273).O microcrédito, foi concebido por Muhammad Yunus, no Bangladesh, nos anos setenta, do século vinte.Teve início em Cabo Verde nos anos noventa(Soares,2003,8).

O objectivo geral deste trabalho é o de conhecer o microcrédito em Cabo Verde.

São objectivos específicos, identificar as IMF's (Instituições de Microfinanças) que implementam o microcrédito, a metodologia e a análise de sustentabilidade em 2008 e 2009 das duas com maior mercado.

O trabalho é constituído pela Introdução e quatro capítulos.

Primeiro capítulo: O microcrédito, aspectos relevantes.

Segundo capítulo: O microcrédito em Cabo Verde.

Terceiro capítulo: Sustentabilidade das duas Instituições de Microfinanças.

Seguem-se os anexos, a bibliografia, pessoas consultadas e um glossário.

Para a recolha de informação sobre os fundamentos e as experiências de microcrédito e a obtenção de dados consultaram-se obras, revistas, documentos oficiais e da Internet e e contactaram-se entidades ligadas ao microcrédito em Cabo Verde.

As IMF's ainda não publicam nem produzem regularmente relatórios, balanços e estatísticas pelo que os dados foram recolhidos em relatórios dispersos disponibilizados pelaMO-

RABI, OMCV e FAM-F (Anexos 1 e 2). Não foi possível entrevistar os clientes. Os que abordamos não nos autorizaram a fazer gravações nem fotografias.

Para a escolha dos indicadores de sustentabilidade serviram de orientação o Manual de Monitorização e Supervisão das Instituições Microfinanceiras do BCV (Banco de Cabo Verde, 2010) e os trabalhos do MiX-Microfinance Information Exchange (MiX-Microfinance Information Exchange–Bulletin Bº 19 de Dezembro de 2009, 45-53). Utilizaram-se fórmulas, conceitos e como termo de comparação, os resultados calculados pelo MIX para África Ocidental. Os indicadores seleccionados foram o número de clientes, a percentagem de reembolso, o número de empréstimos por agente de crédito e os indicadores de auto sustentabilidade operacional e financeira os quais permitem analisar os resultados do microcrédito, um negócio novo.

A sustentabilidade operacional calculou-se com a fórmula $\text{Receitas}/(\text{Custos financeiros} + \text{provisão} + \text{custo operacional})$ (MIX,2009-33). É a capacidade da IMF cobrir os custos operacionais. Sendo maior que 100% existe auto-sustentabilidade operacional (BCV,2010,58).

A auto-sustentabilidade financeira é a sustentabilidade operacional corrigida pelas taxas do mercado, seja, deduzidos os benefícios de subsídios e taxas subsidiadas para o financiamento (BCV,2010,58). Utilizou-se a fórmula $\text{Receitas}/(\text{Custos financeiros} + \text{provisão para devedores duvidosos} + \text{custo operacional} + \text{ajustes de inflação, financiamento, subsídios})$ (MIX, 2009, 34). Sendo superior a 100% existe auto-sustentabilidade financeira.

Empréstimo por agente de crédito é o número médio de créditos pelos quais está responsável cada agente de crédito. Mede a produtividade por agente de crédito. Calculou-se com a fórmula, $\text{Número de empréstimos em vigor} / \text{Número de agentes de crédito}$ (miX, 2009,54).

Capítulo I – O microcrédito: aspectos relevantes

A disponibilização de pequenos montantes a pessoas com dificuldades financeiras, sem acesso ao crédito bancário, é antiga e estará na origem do microcrédito.

1.1. Antecedentes do microcrédito

Ao longo do tempo, na Alemanha, no Québec, nos Estados Unidos, em Portugal, em Cabo Verde ocorreram práticas de apoios financeiros a grupos de carenciados sem acesso a crédito bancário, para início de negócios. Estes grupos constituíram-se em associações com quotizações pequenas que eram utilizadas para ajudar os membros em dificuldade. Terão sido precursoras do microcrédito. Citam-se, em 1864, a primeira União de Crédito Rural na Alemanha*¹ e, mais tarde, em França, Itália, Holanda, Inglaterra e Áustria*²; em 1900, no Québec, as Caisse Populaires*³, hoje com 1329 agências*⁴; em 1953, nos Estados Unidos, os «Fundos de Ajuda»*⁵; em 1498, em Portugal, as Misericórdias que também se multiplicaram*⁶; em Cabo Verde os fundos de ajuda mútua: o «djunta mon» em trabalhos agrícolas, a «abota» em casamentos e baptizados (Fernandes, 2008, 24).

1.2. Origem, conceitos e metodologia do microcrédito

Origem

O microcrédito foi concebido e desenvolvido por Muhammad Yunus, no Bangladesh, em meados da década de 1970. Revolucionou o processo de crédito por ser simultaneamente sustentável e de cariz social. Transformou a vida das pessoas, principalmente das mulhe-

¹<http://microcredito.wordpress.com/origem-do-microcredito>

²http://en.wikipedia.org/wiki/Credit_union

³http://en.wikipedia.org/wiki/Credit_union

⁴http://en.wikipedia.org/wiki/Credit_union

⁵<http://microcredito.wordpress.com/origem-do-microcredito>

⁶<http://www.scml.pt/default.asp?site=história>

res (Yunus,2008- A,150-152). Yunus emprestou dinheiro, serviu de fiador e em 1983 criou o Banco Grameen, primeira instituição financeira de microcrédito (Yunus,2008-B, 80).

Conceitos

O microcrédito é a concessão de um crédito financeiro de pequeno montante, a camadas pobres da população, sem acesso ao crédito bancário tradicional. O candidato a um empréstimo integra um grupo de pessoas cujos membros, não familiares, têm características semelhantes tais como, mentalidade e estatutos económicos e sociais. O empréstimo pedido por cada elemento do grupo é aprovado pelos restantes membros que ficam responsáveis pelo reembolso. Cada «cliente» é responsável pelo respectivo reembolso. Se um dos elementos tiver dificuldades de reembolso, o grupo, habitualmente, ajuda-o. Há uma pressão de grupo para que honre as suas responsabilidades (Yunus, 2008-A149-150). Microcrédito não é doação, nem um subsídio a fundo perdido. É um crédito sem garantias reais, numa relação de confiança, entre o cliente e a instituição financeira.

Microfinança é a prestação, às camadas mais pobres da população de serviços financeiros, como o microcrédito, serviços de poupança, seguros pessoais, seguros de actividade, cartões de crédito, cartões de telefone, bolsas de estudo. São produtos considerados indispensáveis ao “desenvolvimento” da actividade de microempresários. O microcrédito é um dos produtos da Microfinança (Alves, 2008, 277).

Geralmente a pobreza é definida em função dos bens que a pessoa aufer e dos níveis de consumo. Uma pessoa é considerada pobre quando o consumo ou o salário é inferior a um mínimo necessário para usufruir das necessidades básicas. Este mínimo chama-se linha de pobreza. O conceito do que é necessário para as necessidades básicas varia en-

tre as sociedades. Cada país adopta linhas de pobreza adequadas ao desenvolvimento, normas e valores ^{*7}.

Para ter um indicador que permita estabelecer comparações a nível global, o Banco Mundial adopta a linha de pobreza entre 1,25 dólares e 2 dólares por dia^{*8}.

A implementação do microcrédito assenta nos seguintes princípios (Alves,2007, 1):

- Créditos financeiros pequenos, a pessoas pobres, sem acesso ao crédito bancário por não poderem oferecer garantias reais pelo crédito pretendido;
- Pessoas excluídas da sociedade ou próximo da exclusão;
- Pessoas com iniciativa e capacidade empreendedoras que pretendam criar o seu auto-emprego através da implementação de um negócio sustentável;
- Uma instituição financeira que acredite na capacidade empreendedora do cliente e no compromisso de reembolso do crédito.

Metodologia de implementação do microcrédito

Credor e cliente devem estar conscientes sobre o que é o microcrédito e respectiva metodologia.

Será necessário identificar o conceito de pobreza e de exclusão na zona alvo a fim de atingir a população visada (Yunus, 2008-B,160).

O agente de crédito é responsável por todas as etapas da metodologia desde a selecção das áreas de actuação, divulgação da organização e dos serviços que oferece, contacto com os potenciais «clientes», organização dos processos para concessão dos créditos. Deve fazer o acompanhamento dos clientes apoiando-os, sensibilizando-os para a importância do reembolso e da renovação dos créditos (Parente,2002,64-68).

⁷[Http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY/country](http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY/country)

⁸[Http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY/country](http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY/country)

Os procedimentos – análise, decisão, empréstimos, cobrança - devem ser rápidos. O agente de crédito deve lembrar ao cliente as datas de vencimento, o significado da garantia na base da confiança, o valor do crédito como oportunidade de auto-emprego. O acompanhamento é indispensável (Parente, 2002, 68-69). Concluído o reembolso, caso se venha a justificar, o cliente pode ter novo empréstimo de maior valor (Parente, 2003,70).

1.3. O microcrédito como ferramenta de combate à pobreza

O reembolso dos créditos e o êxito no auto-emprego são sucessos dos beneficiários, que passam a descontar para a segurança social e a pagar impostos, integrando-se na sociedade. Com meios financeiros aumentam e diversificam as compras, os centros de interesse, apresentam uma forma de estar que revela êxito e chama a atenção de outras pessoas para o microcrédito (Alves 2008,276).

Ainda que desprovidas de bens, as mulheres são, na maior parte das famílias, as responsáveis por assegurar a alimentação, zelar pela saúde, pela educação, pelo vestuário da família, pelo asseio da casa. Ao acederem ao microcrédito, as mulheres constituem uma grande faixa da população que se liberta da pobreza e passa a assegurar as responsabilidades que tinha e não conseguia resolver, seja o bem-estar da família que, por arrastamento se liberta também da pobreza.

Devido à crise económica mundial, a pobreza atingiu novas camadas sociais que podem ter o microcrédito como alternativa de auto-emprego.

O microcrédito revela-se um instrumento de combate à pobreza de forma sustentável.

1.4. Experiências de microcrédito

Existem programas de microcrédito em quase todos os países (Yunus,2008B,103).

A experiência portuguesa

Começou em 1999 e assenta em três entidades (Mendes *et al.*, 2007, 10): o Estado, através do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), parceiro no financiamento; a ANDC (Associação nacional de Direito ao Crédito) intermediária entre os beneficiários e as instituições financeiras, que suporta as despesas de preparação e seguimento dos projectos (Alves, 2007,3); as Instituições financeiras, que concedem o microcrédito.

De início os bancos não se interessaram pelo projeto. O Millennium BCP foi a primeira instituição financeira a integrar-se no circuito do microcrédito. Seguiu-se, em 2006, a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Espírito Santo (Alves,2006,53).

Em dez anos, com um financiamento de 3,8 milhões de euros, foram creditados 1.277 projectos, que originaram 1.623 postos de trabalho. As mulheres constituíram 52,2% . *⁹.

Áreas de actividade cobertas pelo microcrédito *¹⁰.

- Actividades artísticas, desportivas e recreativas 2,7%;
- Educação 2,6%;
- Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares 3,3%;
- Actividades de informação e de comunicação, 2,5%;
- Alojamento, restauração e similares, 12,8%;
- Comércio 37,8%;
- Construção, 5,3%;
- Indústrias transformadoras, 11,5%;
- Agricultura produção animal, caça, floresta e pesca, 3,5%

⁹[Http://www.microcrédito.com.pt/downloads/Súmulas%20Estatísticas/10ANOS.pdf](http://www.microcrédito.com.pt/downloads/Súmulas%20Estatísticas/10ANOS.pdf)

¹⁰[Http://www.microcrédito.com.pt/downloads/Súmulas%20Estatísticas/10ANOS.pdf](http://www.microcrédito.com.pt/downloads/Súmulas%20Estatísticas/10ANOS.pdf)

Formação académica dos «clientes do microcrédito»: *¹¹ universitária 11,5%; frequência universitária 6,2%; Ensino Secundário 28,5%; 3º Ciclo 24,8%; 2º Ciclo 16,5%; 1º Ciclo 15,0%; sem frequência escolar 1,2%. Cobriu todo o País, excepto as regiões insulares; 85% tinha nacionalidade portuguesa; 2,1% da restante União Europeia; 0,3% da Ásia; 8,1% de África.

Apenas 18% do micro empresas (até 10 trabalhadores) fecharam ao fim de cinco anos; o capital não recuperado foi de 7,3%; incluem-se nos 18% as empresas que fecharam para se dedicarem a investimentos maiores (Alves, 2008,53)

Uma sondagem efectuada pela ANDC em 2008, aos clientes nos anos de 2005 e de 2007, revelou que estes se mostraram muito satisfeitos pela qualidade do atendimento, ajuda antes e durante os negócios, rapidez de acesso ao crédito (ANDC, 2009, 1,3).

Outras experiências

O microcrédito expandiu-se a todos os continentes. Existem réplicas do Banco Grameen em 59 países (Yunus,2008-A, 244). Implementaram-se modelos diferentes tendo em comum as mesmas características básicas (Alves, 2008,274)

¹¹<http://www.microcredito.com.pt/downloads/Súmulas%20Estatísticas/10ANOS.pdf>

Capítulo II – O microcrédito em Cabo Verde

Cabo Verde (Figura 1) situa-se entre as latitudes 14º 23' e 17º 12', Norte e as longitudes de 22º 40' e 25º 22', Oeste.

Figura 1 - Carta de Cabo Verde*¹²



É um país de poucos recursos naturais. Os recursos económicos dependem da produção interna, exportações, remessas dos emigrantes, auxílio externo e da boa gestão. Sujeito a grandes períodos de seca, a agricultura tradicional não tem conseguido alimentar a população*¹³. Arquipélago de pequenas ilhas na maioria montanhosas, as medidas para desen-

volvimento são onerosas e dificultam as economias de escala.

A unidade monetária é o Escudo cabo-verdiano (ECV)(<http://www.gov.cv>). Existe uma paridade fixa do ECV com o Euro (Decreto nº 24/98). 1 Euro é igual a 110,265 ECV.

2.1. Características do emprego e da pobreza

A população residente é de 491. 575 habitantes, com uma idade média de 27 anos; 62% vive nos centros urbanos (INE, 2010, 12); 50,5% são mulheres (INE, 2010, 18).

A Organização Mundial do Trabalho (OIT) considera empregada, uma pessoa com idade igual ou superior a 15 anos numa das seguintes situações:

- Trabalhou pelo menos uma hora nos 7 dias anteriores ao inquérito, visando a produção de bens e serviços, mediante pagamento em dinheiro, ou ajudou um familiar na produção de bens e serviços, sem remuneração;

¹²Fonte: <http://www.mapacartografico.com/gratis-3499-mapa-politico-cabo-verde-004.html>

¹³Página Oficial do Governo de Cabo Verde – Windows Internet Explo

- Não trabalhou mas tinha emprego durante o período de referência (esteve de férias, licença de parto, etc) (Ministério da Qualificação e Emprego, 2008,15).

O sector de serviços é o que mais empregos oferece mas em número insuficiente (Ministério da Qualificação e Emprego, 2008, 20). No meio rural, as principais fontes de emprego são a agricultura, as pescas e o comércio ambulante.

O desemprego é consequência, principalmente, de limitações naturais e climáticas para o desenvolvimento do sector primário e da fragilidade do secundário devida a uma energia cara, sujeita a cortes frequentes e transporte marítimo inter-ilhas irregular e dispendioso. (Governo de Cabo Verde, 2011,6).

Em 2008, o número de desempregados, era de 34.593 (17,8%) - 13.405 (13,8%) homens e 21.188 (22,0%) mulheres. (IEFP e INE, 2008, 22). O desemprego afecta sobretudo jovens sem formação e com formação média e superior e mulheres (Ministério da Qualificação e Emprego, 2008,16).

A taxa de pobreza é a percentagem de indivíduos que vivem abaixo do limiar da pobreza (INE, 2008,9).O limiar da pobreza relativa em 2001/2002 foi calculado em 43.250\$00, que é 60% da mediana do consumo *per capita* anual. O limiar da pobreza em 2007 foi calculado em 49.485\$00, obtido a partir do valor do limiar da pobreza 2001/2002 atualizado pela taxa de inflação (INE, 2008,8).

Entre 2001 e 2007, a população total passou de 444.921 para 491.419 habitantes; o número de pobres diminuiu de 163.200 para 130.900 numa percentagem de 36,7% e de 26,7%, respectivamente (INE, 2008,18). Entre 2001 e 2007 a percentagem de pobreza diminuiu nos meios rurais, de 51,1% para 44,4% e nos centros urbanos de 25,0% para 13,2% (INE, 2008, 13).

2.2. Evolução do microcrédito em Cabo Verde

As primeiras experiências de microcrédito, realizaram-se nos anos noventa, financiadas pela cooperação internacional (Soares, 2003, 10).

Em 1999 criou-se um Comité de Pilotagem do microcrédito, cujo Protocolo foi assinado por cinco ONG's (Organizações Não Governamentais): MORABI, OMCV, CARITAS, CITY-HABITAT (Centro de Investigação de Tecnologia Intermediária para o Habitat), ASDIS Associação para Solidariedade Social e desenvolvimento Comunitário da Ilha de Santiago).

A ACDI/VOCA (Agricultural Cooperative Development International/Volunteers in Overseas Cooperative Assistance), foi a promotora do modelo de microcrédito ainda em vigor (Soares, 2003,10,11). Financiou o microcrédito, a formação de gestores e de agentes de crédito, de contabilistas, a capacitação institucional nas áreas de gestão do microcrédito, a instalação dos sistemas de informação e gestão, o seguimento e avaliação das microfinanças. Desenvolveu um programa de microcrédito com as seguintes características (Soares, 2003,11):

Créditos pequenos, crescentes, em empréstimos sucessivos; taxa de juro de 3% ao mês, visando a sustentabilidade financeira; crédito assistido por agentes de crédito; formação dos clientes na área do microcrédito e respectivas responsabilidades, contabilidade básica, gestão do crédito e do negócio.

Registaram-se elevadas taxas de reembolso e viu-se que era possível conceder créditos de forma sustentável.

2.3. Política do Governo

O combate ao desemprego e à pobreza tem sido um desafio dos vários Governos. Está em curso o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, com uma componente que é a

formação para o auto-emprego e actividades geradoras de rendimento, através do microcrédito atribuído pelas IMF's (Ministério das Finanças e Administração Pública, 70).

Realizaram-se acções para o enquadramento legal e regulamentar das IMF's, facilitando a gestão das mesmas: a Lei de Base das Microfinanças, o Plano Estratégico-2010-2016 o Plano de Acção 2011-2013 (Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade, 2010,4) e a formação de formadores e consultores (BCV, 2009,11).

A actividade das microfinanças é regulada pela Lei nº 15/VII/2007 que define o conceito de IMF, a respectiva missão, a forma de funcionamento, regalias e obrigações. Identifica o Banco de Cabo Verde como órgão de supervisão, o Ministério do Trabalho Família e Solidariedade como órgão de seguimento e o Conselho Consultivo formado pelos parceiros.. O BCV autoriza, regista, supervisiona e revoga a actividade das IMF's . Comunica ao Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade a relação das IMF's registadas e os respectivos relatórios financeiros.

Em 2004, foi criada a Federação das Associações de Microcrédito (FAM-F), ONG que visa o desenvolvimento das microfinanças*¹⁴.

2.4. Os agentes institucionais

Procura

Os potenciais clientes das IMF's são os 27% da população cabo-verdiana pobre, correspondente a 130.900 pessoas (INE, 2008, 18), 72% no meio rural e 28% nos centros urbanos (INE,2008,26).

Potencialmente, o mercado das IMF's é constituído por desempregados e empregados com salários insuficientes para dar resposta às suas necessidades, situando-se dentro dos

¹⁴<http://microfinancasemCV.blogspot.com/>

limites da pobreza (Ministério do Trabalho Família e Solidariedade Social, 2010, 23-25):Pescadores artesanais, agricultores, criadores de gado, vendedeiras ambulantes, estudantes necessitados de recursos para necessidades básicas, jovens à procura do primeiro emprego, trabalhadores por conta de outrem sem vínculo formal, imigrantes, artesãos e pessoas ligadas à arte em geral-cantores, pintores, que desejem publicar as obras.

Oferta

- Em Cabo Verde operam doze IMF's (ADA,2010, 8): ADIRV (Associação de Desenvolvimento Integral de Rui Vaz), AMUSA, ASDIS, CARITAS de CABO VERDE, CITY HABITAT, CPCMM (Caixa de Poupança e Crédito Mútuo Maiense), FAMIPICOS, MORABI, OMCV, CECV (Caixa Económica de Cabo Verde), SOLDIFOGO (Organização das Associações de Solidariedade para o Desenvolvimento da Ilha do Fogo) e SOLMI (Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção).
- Dois terços estão sedeadas na ilha de Santiago, metade na cidade da Praia; normalmente actuam no concelho ou ilha da sua sede;
- Existe uma instituição em cada uma das ilhas de Fogo, Maio e Santo Antão;
- A MORABI e a OMCV são as únicas que actuam a nível nacional;
- A Cáritas intervém nas ilhas de Santiago e Santo Antao;
- As IMF's são ONG's, associações mutualistas e comunitárias e um banco comercial;
- A ASDIS e a FAMI-PICOS intervêm nas zonas rurais;
- O Departamento de Microfinanças da CECV só oferece o microcrédito; as IMF's podem também prestar outros serviços microfinanceiros;
- Até 2006 houve um aumento do número de IMF's que estabilizou nesta data;
- Cerca de metade estão autorizadas a operar.

O Quadro 1 (ADA, 2010,48) resume as operações de crédito das IMF's até finais de

2009. Quadro 1 (ADA, 2010,48): Operações de crédito efectuadas até finais de 2009

IMF's	Nº Créditos activos	Carteira Activa ECV	Montante médio operações crédito ECV	Nº Total Créditos Acumulados	Total Carteira Acumulada ECV	Montante Médio/ Crédito ECV	Taxa de reem bolso
AMUSA	142	7.600.000	53.521	224	13.547.082	60.478	72%
ADIRV	105	4.091.538	38.967	523	30.685.000	58.671	92%
ASDIS	840	70.000.000	83.333	4.000	320.000.000	80.000	92%
CÁRITAS -CV	ND	ND	ND*	3.000	55.000.000	18.333	ND*
CITY HABITAT	315	46.340.336	147.112	700	133.819.709	191.171	94%
CPCM	104	6.890.000	66.250	264	22.654.293	85.812	65%
FAMIPICOS	630	63.800.000	101.270	2.348	247.476.500	105.399	93%
MORABI	2821	108.222.978	38.363	14.076	846.149.668	60.113	95%
OMCV	1732	76.181.527	43.985	7.750	514.904.640	66.439	94%
CECV-	452	14.320.258	31.682	21.918	675.519.000	30.820	95%
SOLDIFOGO	1290	31.797.209	24.649	1.482	100.306.255	67.683	93%
SOLMI	50	13.680.000	273.600	2.450	65.568.000	26.762	73%
TOTAL	8481	442.923.846	52.225	58.735	3.025.630.147	51.513	

- Desde que iniciaram actividades até finais de 2009, as IMF's realizaram 52.225 operações de crédito, num total de 3.025.630.147\$00; tinham 8.481 clientes activos e uma carteira activa de 442.923.846\$00;
- As maiores contribuições foram da MORABI (33%), da OMCV (20%) e da SOLDIFOGO (15%) , números interessantes, em termos de alcance;
- A MORABI, a OMCV e a ASDIS têm 57% do total das carteiras activas.

- A AMUSA (72%), a SOLMI (73%), e a CPCMM (65%) são as IMF's com resultados mais baixos. Os dirigentes apontam, como causas, os reflexos da crise, o insuficiente acompanhamento pelos agentes de crédito e a selecção pouco correcta dos clientes.

A CECV é a única instituição bancária com balcão de microcrédito, a única que só utiliza o crédito solidário (3 a 5 pessoas); tem uma taxa de reembolso de 96% e uma taxa de reembolso dentro do prazo de 95%. (CECV, 2008,74).

Como maiores constrangimentos, os dirigentes citam o incumprimento, a incapacidade de recuperação dos créditos atrasados e a falta de financiamento.(ADA, 2010,49).

Para ultrapassar o volume de incumprimento, algumas IMF's oferecem aos clientes cumpridores o acesso a serviços mais rápidos, e a montantes progressivamente mais elevados. A MORABI, pratica juros diferenciados para os melhores clientes (ADA, 2010,54).

A maioria das IMF's utiliza o crédito individual, algumas o individual e o solidário. Consideram que o crédito individual pode contribuir para um mais rápido crescimento da carteira facilitando a sustentabilidade e que os créditos solidários condicionam a capacidade e vontade de reembolso dos outros membros. Reconhecem que o crédito solidário reduz os custos de transacção (ADA, 2010,53).

AS IMF's praticam os seguintes os valores de taxas de juro, comissões, montantes creditados, períodos de reembolso (ADA, 2010, 56):

- As taxas de juro variam entre 1% e 3 % ao mês. Este custo está, agora, em discussão. Uns defendem que deve cobrir os custos do crédito, garantindo maiores probabilidades de sustentabilidade. É a posição das IMF's. Outros advogam

a implementação de subsídios facilitando o acesso ao crédito, no mínimo, em condições semelhantes às da banca (ADA, 2010,55);

- A AMUSA, a City Habitat e a SOLMI praticam juros semelhantes aos da banca, visando a sustentabilidade do empreendimento do cliente e respectiva preparação para acesso a esta (ADA, 2010,55).
- As IMF's consideram aceitáveis as taxas de juro de 1% a 3% ao mês;
- As comissões (taxa de abertura de crédito) variam entre 2% e 4%;
- Os períodos de reembolso variam entre 6 e 36 meses, aumentando com o montante. Os prazos máximos de reembolso são calculados em função dos montantes e da natureza das actividades. Geralmente são de 12 meses. A OMCV concede para os créditos agrícolas, o prazo máximo de 36 meses.
- Este princípio é aplicado no cálculo dos montantes máximos a creditar. Oscilam entre 40.000\$00 e 1.200.000\$00.

Quanto à produtividade das IMF's, no final de 2009, constatou-se o seguinte:

- As IMF's tinham, 104 empregados; mais de 64% eram agentes de crédito, indicador positivo da importância atribuída ao trabalho destes; a MORABI e a OMCV, somavam 50% dos empregados e 51% dos agentes de crédito;
- A produtividade dos agentes de crédito, número de créditos por agente, variou entre 17 e 226, inferior ao padrão africano de 286. O programa de microcrédito da CECV é que apresentou produtividade mais elevada, 226 créditos por agente, talvez devido a só praticar crédito solidário.

2.5. Perspectivas de contextualização futura

A prática do microcrédito como actividade sistematizada tem dez anos. Iniciar uma actividade é sempre difícil, sobretudo numa franja da população não familiarizada com a prática bancária. Para oferecerem o número de créditos concedidos, com as taxas de reembolso conseguidas, as IMF's tiveram que trabalhar muito, na formação na organização interna e junto dos beneficiários.

Entre 2001 e 2007 a pobreza diminuiu dez pontos percentuais. Foi em boa parte, contribuição do microcrédito.

Para responder às exigências da supervisão as IMF's terão que passar a produzir periodicamente, estatísticas, balanços, relatórios o que facilitará a auto-avaliação e a correcção imediata de anomalias. Haverá maior transparência e rigor na gestão, e, provavelmente, maior atracção de investidores.

2.6. O microcrédito e os clientes

Na impossibilidade de fazer inquéritos aos «clientes para averiguar o seu grau de satisfação, em relação ao microcrédito, utilizaram-se os resultados de dois inquéritos existentes. Um é antigo, data de 2003. Registamos os resultados por incidir sobre uma área grande do país. O outro, de 2008, cobre apenas um concelho .

- O inquérito realizado em 2003 incidiu sobre os clientes das cinco instituições que integram o Comité de Crédito. Previu-se uma amostra de 10% dos créditos, seja de 385 inquiridos, considerando as dimensões das ilhas e das instituições. Devido à incoerência de alguns dados e à dificuldade em contactar os clientes, a amostra foi reduzida para 235 indivíduos, considerada significativa. Foi preparado e testado um

questionário. Para esclarecer determinadas situações foram entrevistados os agentes de crédito e os gestores (Soares, 2003,36).

Os entrevistados foram seleccionados de forma aleatória. 54,8% tinha menos de 40 anos; 89,4% eram mulheres, na maioria solteiras e se casadas sem apoio dos maridos; o número médio do agregado familiar de 6 pessoas e em 42,5% só uma trabalhava (Soares,2003, Resumo).

As áreas do negócio eram o pequeno comércio com 84,6%, a agricultura com 7,9%, a transformação com 4,8%, os serviços com 2,2% e as pescas com 0,5%. O comércio realizava-se em 25,2%, nos passeios das ruas, 25,9% era comércio ambulante, e 25,9% nos mercados (Soares, 2003, Resumo). 7,7% dos créditos foram utilizados para iniciar negócio; na maioria, utilizados em empreendimentos já existentes; 60,4% declarou utilizar parte do dinheiro em despesas várias, as do lar e constituição de um fundo de risco (Soares,2003, Resumo).

O impacto do microcrédito foi analisado ao nível do lar, do empreendimento e do indivíduo. Revelou-se positivo, com os seguintes indicadores: 42,2% aumentou o volume de negócios, 18,2% o património da empresa, 4,7% o número de empregos, 28% melhorou a visibilidade e 7,1% cita outros benefícios; 90% revelou melhorias no lar (Soares, 2003, Resumo): 98,2% mostraram-se satisfeitos quanto ao acompanhamento, ao aconselhamento e à atenção prestada. As reclamações referiram-se à elevada taxa de juro, ao curto prazo de reembolso, ao serviço de poupança e pontualmente, ao insucesso devido a imprevistos.(Soares,2003, 53).

- Outro inquérito, feito em 2008 por Fernandes (Fernandes, 2008, 42), avaliou o papel do microcrédito no combate à pobreza no concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago. Incidiu sobre 31 clientes do microcrédito, 75% com idades entre 36 a 40 anos. As mulheres representavam 83,9%; 20 inquiridos solteiros, 9 casados, 1 viúva e 1 divorciada; 4 o número mínimo de pessoas dos agregados familiares e 10 o máximo; 87% superior a 5 pessoas; 16,1% tinha 1 a 2 filhos, 54,8% , 3 a 5 filhos, 22,6%, 6 a 8 filhos e 6,5% , mais de 8 filhos (Fernandes, 2008, 44,45).

Tinham uma escolaridade baixa; 87,1% frequentou a escola; 35,5% tinha a 4ª classe e 3,2% tinha a 6ª classe ; 0% tinha o ensino secundário completo ou incompleto (Fernandes, 2008, 43).

Anteriormente, os inquiridos realizavam: 36% pequenos negócios; 13% venda ambulante; 13% pecuária; 10% doméstica; 10% agricultura; 6% cozinheira, 6% cabeleireira, 6% açougueira (Fernandes,2008,45); Com o microcrédito 22,6% conseguiu tarefas mais lucrativas, 74,4% continuou com a mesma sendo 40% pequenos negócios e 16% a venda ambulante. 29% tem espaço para vendas; 71%, faz venda ambulante ou nos mercados (Fernandes, 2008,46);

Vários receberam mais que um crédito, o valor mínimo do primeiro 20.000\$00 e o máximo de 300.000\$00; no segundo e terceiro, os mínimos de 30.000\$00 e os máximos de 300.000\$00 (Fernandes, 2008, 49);

93,5% considerou o reembolso fácil, 6,5% relativamente fácil ; 100% respondeu que a alimentação e o conforto melhoraram, 83,9% comprou bens e 16,1% não; a educação dos filhos melhorou em 96,8% e ficou igual em 3,2%; todos acharam que houve mudanças positivas a nível pessoal; na maioria recorreram ao microcrédito para re-

forçarem ou ampliarem o negócio. 97% teve aumento nas vendas 3% teve diminuição devido ao aumento dos concorrentes e falta de trabalho dos fregueses (Fernandes, 2008, 50); Os resultados dos dois inquéritos revelaram satisfação quanto à melhoria do negócio e das condições sócio económicas. Em ambos, as mulheres representavam a maior percentagem dos clientes, tinham a cargo uma família numerosa, um nível de escolaridade baixo, na maioria não dispunham de espaço próprio para o negócio fazendo venda ambulante. Houve clientes do primeiro inquérito – não foi indicada a percentagem - que acharam a taxa de juro elevada. No inquérito de 2008 não foi apreciada a taxa de juro mas 93,5% considerou o reembolso fácil e ninguém o considerou difícil.

O Presidente da Plataforma das ONG's¹⁵, em entrevista, considerou elevadas as taxas de juro de 1% a 3% ao mês. Como justificação referiu que as carteiras das IMF's são pequenas, os clientes dispersos, os créditos, a capacidade das ONG's e das associações são pequenos. Para minorar estes inconvenientes recomendou a união e concentração das instituições que trabalham com o microcrédito. *¹⁶

¹⁵<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/detail/id/23869>

¹⁶http://www.platongs.org.cv/index.php?option=com_projecto&task=view&id=5

Capítulo III –Sustentabilidade de duas Instituições de Microfinanças em 2008 e 2009

A opção de escolha da OMCV e da MORABI é o facto de serem as duas IMF's com maior carteira e de terem como objectivo contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e da família.

3.1 Organização das Mulheres de Cabo Verde – OMCV

A OMCV é uma ONG, cabo-verdiana, criada em 1981 (OMCV,2008).

O principal objectivo é *contribuir para a defesa dos interesses específicos da mulher cabo-verdiana, visando a sua promoção social, cultural, política, económica e a plena integração no desenvolvimento do país* (Gonçalves, 2010, 3)

Tem 3 órgãos colegiais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal(OMCV, 2008,7).

Sediada na cidade da Praia, os onze escritórios, cobrem 8 das 9 ilhas habitadas.

Actua nas áreas da saúde, direitos da mulher, formação, novas tecnologias de informação e comunicação, microcrédito, actividades geradoras de rendimento, género e desenvolvimento (OMCV,2008,3).

Em 1981 havia dificuldades socioeconómicas e poucas opções de trabalho, principalmente para as mulheres. De 1981 a 2000 funcionou um sistema de assistencialismo para desenvolver as capacidades das mulheres (Iniciativa N°9, 2005,48).

O programa de microcrédito começou a partir de 2000, dirigido a mulheres e homens. Para aceder ao crédito o cliente deve ter um negócio ou um projecto de actividade produtiva (Iniciativa N°9, 2005, 48).Em 2009 as mulheres representavam 85,5% dos clientes. (Gonçalves, 2010, 13). A carteira da OMCV tem sido alimentada com fundos do Governo

conseguidos através da cooperação bilateral, e parcerias nacionais e internacionais. (Iniciativa Nº9,2005,48).

A OMCV pratica créditos individuais e a grupos solidários de 3 a 5 pessoas (OMCV, 2008,4).

Aplica um juro de 2% ao mês, pago mensalmente, juntamente com o capital. Cobra uma taxa de abertura de crédito de 5% e uma poupança de 10% no momento da concessão do empréstimo, transferida ao cliente findo o reembolso (OMCV, 2008,9).

As garantias exigidas são a fiança, o aval solidário e o fundo de poupança obrigatório de 10%, gerido pela OMCV (OMCV, 2008,4).

O montante dos créditos varia entre 10.000\$00 e 300.000\$00, com um sistema de aumentos progressivos conforme a capacidade de endividamento do cliente e a pontualidade. O período máximo de liquidação é de 18 meses, feita nos escritórios da OMCV do concelho respectivo, nas datas fixadas (OMCV, 2008,4).

Quanto ao sistema de informação, a OMCV utiliza o *software* oferecido na década de noventa pela ACDI/VOCA e que está desfasado dos equipamentos(*hardware*), na maioria antigos. (MCA-CV,2008,V e VI).

O sistema de informação está em fase de substituição (PlaNetFinance, 2008, VI).

Sustentabilidade operacional e financeira

O quadro 2 mostra a evolução dos indicadores de resultados referentes à sustentabilidade económica e financeira da OMCV em 2008 e 2009, os conceitos e a forma de cálculo, com indicação do autor.

Quadro 2: Indicadores de resultados da OMCV em 2008 e 2009

INDICADORES OMCV	2008	2009	Padrão África	Fórmulas
Operações por agente de crédito	94	164	286	Número de empréstimos/ Número de agentes de crédito (MIX,2009-53)
Número de clientes Activos	1437	2463		Número de clientes que têm empréstimos activos na OMCV
Sustentabilidade Operacional	124%	108%	108%	Receitas totais-doações/ Despesas totais. Deve ser > 100% (MIX,2009-33)
Sustentabilidade Financeira	105,0%	93,3%	96,00%	Receitas totais/ (despesas+ +ajustes de inflação, financiamento, subsídios em espécie (MIX,2009-34)

A evolução dos indicadores, quadro 2, mostra que:

- A produtividade dos agentes de crédito (número de operações) aumentou de 94 créditos activos por agente em 2008 para 164 em 2009. É inferior ao padrão africano que é de 286. O fraco desempenho destes pode dever-se a dificuldades de contacto com os clientes, face à dispersão e orografia, insuficiente preparação ou à falta de estímulo dos mesmos.
- Os indicadores de auto-sustentabilidade operacional 124% em 2008 e 108% em 2009, superiores a 100%. O valor do padrão africano foi 108%. A OMCV foi auto-sustentável operacionalmente nos dois anos. Houve uma diminuição em 2009, mas manteve-se ao nível do padrão africano. Em 2008 foi auto-sustentável financeiramente, com um indicador de 105,3%. Em 2009 o indicador foi de 93,3%, inferior ao padrão africano de 96,00%. Perdeu a auto-sustentabilidade financeira.

O atraso no pagamento dos reembolsos pode ter influenciado negativamente a sustentabilidade financeira.

O Quadro 3 mostra os créditos concedidos em 2008 e 2009.

Quadro 3:Créditos concedidos em 2008 e 2009 pela OMCV

Actividades	Capital Concedido-ECV			Percentagem		
	2008	2009	Total	2008	2009	Total
Agricultura	300.000,00	10.210.000,00	10.510.000,00	0,53	11,76	7,32
Barbearia	50.000,00	80.000,00	130.000,00	0,09	0,09	0,09
Bebidas	200.000,00	395.000,00	595.000,00	0,35	0,46	0,41
Cabeleireiro	898.000,00	1.034.000,00	1.932.000,00	1,58	1,19	1,35
Carpintaria	175.000,00	350.000,00	525.000,00	0,31	0,40	0,37
Comercio	39.264.400,00	55.291.000,00	94.555.400,00	69,09	63,70	65,83
Costura	180.000,00	630.000,00	810.000,00	0,32	0,73	0,56
Criação de Animais	1.915.000,00	3.575.000,00	5.490.000,00	3,37	4,12	3,82
Diverso	2.320.000,00	2.920.000,00	5.240.000,00	4,08	3,36	3,65
Diversos	2.920.000,00	4.392.000,00	7.312.000,00	5,14	5,06	5,09
Mecânico		150.000,00	150.000,00	0,00	0,17	0,10
Padaria	3.635.000,00	3.593.300,00	7.228.300,00	6,40	4,14	5,03
Pesca	4.412.000,00	2.820.000,00	7.232.000,00	7,76	3,25	5,04
Serviços	560.000,00	1.362.000,00	1.922.000,00	0,99	1,57	1,34
Total Geral	56.829.400,00	86.802.300,00	143.631.700,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados de base OMCV

Nos dois anos, concedeu 143.631.700\$00 em créditos, com maiores percentagens para o Comércio (65,83%) Agricultura (7,32%), Pesca (5,04%), Criação de animais (3,82%), Padarias (5,03%). A OMCV prioriza a renovação de créditos o que aumenta a média dos empréstimos devido à concessão de créditos progressivos.

A procura de créditos representa, satisfação pelo serviço aos clientes. Em dez anos a OMCV concedeu 7.750 créditos, o que revela boa penetração no mercado.

3.2 Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento – MORABI

A MORABI é uma organização não-governamental, cabo-verdiana, criada em 1992, aberta a todas as pessoas, sem distinção de sexo. (MORABI, 2). São objectivos promover a participação da mulher cabo-verdiana no desenvolvimento económico, social, cultural e polí-

tico das suas comunidades e do país, visando a melhoria das condições de vida das mesmas e das famílias (MORABI, 2).

Tem quatro Órgãos Sociais de Direcção: a Assembleia Geral, o Conselho Directivo, o Conselho Fiscal, o Conselho Consultivo (MORABI,1).

Actua nas áreas do microcrédito, formação, desenvolvimento comunitário, saúde sexual e reprodutiva (MORABI,4).

Tem 32 funcionários sendo 19 agentes de crédito; colaboram médicos, sociólogo, psicóloga, enfermeira, animadores sociais, activistas locais (MORABI, 3,4).

Oferece serviços de créditos de tesouraria e de investimento , aconselhamento, seguimento, formação, apoio na criação de microempresas e na colocação de produtos no mercado (MORABI,6).

O microcrédito funcionou como fase piloto de 1994 a 1998; nesta data iniciou um programa de microcrédito. A principio visou mulheres, principalmente chefes de família passando a beneficiar homens e mulheres (Iniciativa, Nº9, 2005,47).

A carteira tem sido financiada com fundos do Governo obtidos através da cooperação bilateral e empréstimos através de contractos programa assinados com o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (Iniciativa, Nº9,2005,46,47). Estabeleceu parcerias a nível nacional e internacional (MORABI, 5).

A MORABI oferece crédito, individual/familiar e a grupos solidários de 3 a 5 mutuários. Cobra um juro de 2% ao mês, e uma comissão sobre o valor nominal do financiamento. Cobra um valor mínimo de comissão. Por exemplo 8% até 30.000\$00 sem valor mínimo; 4% de 151.000\$00 a 200.000\$00 com um mínimo de 7.500\$00; um montante fixo de 10.000\$00 para valores acima de 200.000\$00 sem cobrança de comissão(Serra, 2000, 13).

Exige fiadores individuais para crédito individual/familiar e aval solidário para crédito solidário (SERRA, 2000,12). Os limites para o crédito individual/familiar variam entre 35.000\$00 no primeiro até 200.000\$00 no quinto ou outros (Soares, 2003,22). Os limites para o crédito solidário variam entre 22.000\$00 no primeiro e 75.000\$00 no terceiro. Os equipamentos financiados a crédito são pertença da Morabi até à liquidação.

Quanto ao sistema de informação, a MORABI tem a mesma situação que a OMCV (PlaNFinance, 2009).

Desempenho institucional

O quadro 4 mostra a evolução dos indicadores da sustentabilidade económica e financeira em Dezembro 2008 e 2009.

Quadro 4: Indicadores de resultados da MORABI em 2008 e 2009

INDICADORES OMCV	2008	2009	Padrão África	Fórmulas
Operações por agente de crédito	ND	148	286	Número de empréstimos/ Número de agentes de crédito (MIX,2009-53)
Número de clientes activos	ND	2821		Número de clientes que têm empréstimos activos na OMCV
Sustentabilidade Operacional	136%	125,2%	108%	Receitas totais-doações/ Despesas totais. Deve ser >100% (MIX,2009-33)
Sustentabilidade Financeira	113,9%	106,2%	96,00%	Receitas totais/ (despesas+ +ajustes de inflação, financiamento, subsídios em espécie(MIX,2009-34)

*ND-não disponível

A evolução dos indicadores,quadro 4, revela que:

- A produtividade dos agentes de crédito em 2009 foi de 148 créditos por agente.

Talvez pelos mesmos motivos da OMCV, foi inferior ao padrão africano de 286;

- Teve auto-sustentabilidade operacional em 2008 e 2009 com indicadores de 136,1% e de 125,2%, respectivamente. Estes foram superiores ao padrão africano de 108%.
- A MORABI foi auto-sustentável financeiramente com indicadores de 113,9% em 2008 e de 106,2% em 2009, superiores ao padrão africano de 96%.
- A diminuição de auto-sustentabilidade operacional e da financeira entre 2008 e 2009 deve ser motivo de análise para correcção das causas.

De 1994 ao final de 2009, a MORABI disponibilizou 14.076 créditos num montante de 846.149.668\$00 com um reembolso de 95% (Quadro 1). Apoia o pequeno comércio, conservação e comercialização de pescado, agricultura artesanato, pequenas indústrias e prestação de serviços. Os créditos concentraram-se no pequeno comércio (62,79%), na produção (22,8%) e serviços (14,5%) (MORABI,9).

Um reembolso de 95% considera-se satisfatório. Significa que o negócio correu bem ao cliente (Passos,2011,3) e o impacto na vida dos clientes e famílias é visível pela aquisição de bens que não tinham, (Iniciativa, Nº9, 2005, 47).

Conclusões

O microcrédito revela-se um instrumento no combate ao desemprego e à pobreza.

Em Cabo Verde, em dez anos, foi inegável a contribuição na melhoria das condições socioeconómicas dos clientes e das famílias.

Facilitou o acesso a bens básicos de saúde e educação e a consciencialização do papel na sociedade.

Despertou pessoas para questões relacionadas com o empreendedorismo - assunção do risco calculado, respeito pelos compromissos.

É positivo o facto das mulheres serem a maioria dos clientes por serem as responsáveis pelo bem-estar da família e as melhorias são evidentes.

O mercado potencial para o microcrédito é constituído pelos desempregados e pessoas de categorias socioprofissionais que sendo empregadas, não auferem meios suficientes para as necessidades.

Uma dificuldade das IMF's é o não reembolso total dos créditos. Pode dever-se ao fraco desempenho dos agentes de crédito no acompanhamento aos «clientes» e à taxa de juro, elevada para alguns.

Outro constrangimento é a falta de recursos para atender ao mercado de clientes. Relaciona-se com o não reembolso dos créditos, as dificuldades de acesso das IMF's aos bancos ou de obtenção de financiamentos através cooperação internacional.

O não reembolso ou o não reembolso dentro dos prazos acordados, gera uma não sustentabilidade operacional e financeira.

Não tendo as IMF's em dia, as estatísticas e os balanços, não conseguem fazer uma auto-avaliação sistemática das tarefas e corrigir ou antecipar desvios.

A não publicação sistemática de relatórios pode revelar falta de transparência e determinar que, por falta de confiança, não haja abertura obterem financiamentos..

A obrigatoriedade das IMF's disponibilizarem informação à entidade supervisora facilita uma auto-avaliação objectiva melhorando o desempenho.

A OMCV e a MORABI tem indicadores que revelam desempenho positivo e pontos fracos a ser corrigidos .

A OMCV revelou:

- Auto-sustentabilidade operacional em 2008 e 2009;

- Auto-sustentabilidade financeira em 2008 e perda em 2009;
- Que a produtividade dos agentes de crédito aumentou entre 2008 e 2009 mas foi inferior ao padrão africano do MIX.
- Que o número de créditos activos aumentou entre o final de 2008 e o de 2009;
- Um reembolso médio de 94%, mas pago com atraso o que pode ter influenciado negativamente a sustentabilidade operacional e a financeira;
- Que os créditos concedidos contemplaram um bom leque de actividades: comércio, pastelaria, cabeleireira, agro-pecuária, pesca, mercearia, carpintaria.
- Que em dez anos concedeu 7.750 créditos num montante de 514.904.640\$00.
- Que os clientes manifestaram satisfação pelos resultados, quanto à habitação, bens adquiridos e educação dos filhos.

A MORABI revelou:

- Auto-sustentabilidade operacional e financeira nos dois anos, mas diminuição de ambas em 2009; que em dez anos disponibilizou 14.076 créditos num montante de 846.149.668\$00;
- Um reembolso médio de 95%, bom mas efectuado com atraso; pode ter influenciado negativamente a sustentabilidade operacional e a financeira;
- Os créditos apoiaram o pequeno comércio, pesca artesanal, agro-pecuária, artesanato, pequenas indústrias e prestação de serviços;
- São indicadores do impacto positivo do microcrédito na vida dos clientes, a aquisição de bens, a melhoria na educação dos filhos, a auto-estima das mulheres beneficiadas;

Para uma actividade com apenas dez anos, implementada numa franja da população não familiarizada com a prática bancária, é de se admitir que as Instituições de Microfinanças trabalharam muito para conseguirem os resultados alcançados.

Recomenda-se que as IMF's:

- Promovam a melhoria da eficiência dos agentes de crédito - acções de formação e sensibilização, encontros para troca de experiências e preparação de propostas para melhoria do desempenho - e assegurem as deslocações para encontros com os clientes;
- Criem sistemas de produção de dados estatísticos e relatórios padronizados fáceis de comparar. Estes permitirão corrigir atempadamente os desvios, darão mais transparência e credibilidade à gestão e, provavelmente favorecerão o aparecimento de parceiros que contribuam com financiamentos;
- Averigúem as causas da diminuição da sustentabilidade operacional e financeiras verificadas em 2009 visando as medidas adequadas.
- Promovam um estudo do custo do microcrédito que permita o cálculo das taxas de juro numa base objectiva e transparente.

Trabalhos futuros

Estudo do impacto do Microcrédito na vida das pessoas com base na análise de séries de dados estatísticos.

Bibliografia

ADA, Appui au Développement Autonome (2010), Estudo Quantitativo e Qualitativo sobre a Demanda Global das Microfinanças em Cabo Verde, por Afrosondagem, Lda.

Alves, M. B. (2007), *O microcrédito anda na bocas de toda a gente, mas não basta*, in Revista **Dirigir**, IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional disponível em [http://www.microcredito.com.pt/downloads/Publicações/Micro CréditoDirigir9907.pdf](http://www.microcredito.com.pt/downloads/Publicações/Micro%20CréditoDirigir9907.pdf); [Consult. 31Outubro2010]

Alves, M. B. (2008), *Com o microcrédito devolver mais dignidade às pessoas* in Oliveira, Catarina Reis e RATH, Jan (org.) Revista Migrações – Número Temático Empreendedorismo Imigrante, Outubro 2008, Nº 3, Lisboa: ACIDI, pp.271-280, disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_3/Migr3_Sec3_Art6_PT.pdf; [Consult.31Outubro2010]

Associação Nacional de Direito ao Crédito (2009), 10 ANOS DE ANDC, 10 anos de Projectos de Vida. Disponível em <http://www.microcredito.com.pt/downloads/Súmulas%20Estatísticas/10ANOS.pdf>, [Consult.16Junho2011].

Banco de Cabo Verde, 2008- Relatório Anual do Conselho de Administração, 2008, disponível em <http://www.bcv.cv>, [Consult.31Outubro2010].

Banco de Cabo Verde, (2009), Workshop “Regulação e Supervisão das Microfinanças” Praia-16 de Setembro de 2009 (relatório) produzido pelo Gabinete de Micro Finanças, pp.11, Co-Financiamento ADA – Cooperação Luxemburguesa, 14 páginas.

Banco de Cabo Verde (2010), Relatório Anual do Conselho de Administração, 2009. Disponível em: <http://www.bcv.cv/vPT/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Relatorios/Relatorio%20Anual/Paginas/RelatorioAnual2009.aspx?lst=1>. [Consult.20Dez.2010]

Banco de Cabo Verde (2010), Manual de Monitorização e Supervisão de Instituições de Microfinanças, Gabinete de Microfinanças, Agosto de 2010, elaborado pelo consultor da PlaNetFinance, Carlos Assunção. Blogger, 2010, FAM-F. Disponível em: <http://www.blogger.com/profile/18396305630537412129>, [Consult. 20 Dezembro 2010].

Banco Mundial, (2005), POVERTY REDUCTION AND EQUITY, Overview, Disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/EXTPA/O,contentMDK:22397595~pagePK:210058~piPK:210062~theSITEPK:430367,00.html>, [Consult. 18 Julho 2011].

Caixa Económica de Cabo Verde (2008), Relatório & Contas, 2008; disponível em <http://www.caixa.cv>. [Consult. 10 Dezembro 2010] Centro de Notícias-EZTrade Center. Disponível em: <http://www.eztradecenter.com/centro-de-noticias/canais/produtos-e-mercados/cabo-verde-integra-grupo-de-desenvolvimento-medio>. [Consult. 20 Dezembro 2010]

Decreto nº24/98 – Acordo de Cooperação Cambial entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde e o Protocolo para o Estabelecimento da Comissão do Acordo de Cooperação Cambial, 29 Jun. 1998., disponível em <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec24-1998.pdf>; [Consult. 31 Outubro, 2010]

Fernandes, Manuel Moreira (2008), Micro Crédito em Cabo Verde, Papel do Microcrédito no Combate à Pobreza em Santa Catarina, 17, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Campus Universitário da Cidade da Praia, CP775, Palmarejo Grande, Cidade da Praia, Santiago, Cabo Verde, Disponível em: <http://bdigital.cv.unipiaget.org:8080/jspui/bitstream/123456789/105/MICRO-CR%C3%89DITO%20EM%20CABO%20VERDE.pdf>. [Consult. 28 Junho 2011].

Governo de Cabo Verde (2007), página oficial do Governo de Cabo Verde, 28 Nov. 2007. Disponível em: <http://www.governo.cv>; [Consult. 31 Outubro, 2010].

Governo de Cabo Verde (2011), Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011-2016

(Documento de trabalho), Março de 2011. Disponível

em: <http://www.caboverde2016.gov.cv>

[/images/stories/Programa do Governo CV2016 VO.pdf](#); [Consult. 24 Junho, 2010].

Gonçalves, Idalina Freire (2010), Organização das Mulheres de Cabo Verde, Fórum para a

Promoção do Empreendedorismo Migrante, Lisboa 31 de Maio a 1 de Junho de 2010, pp

3; email: omcv81@gmail.com; idalinafreire@hotmail.com

<http://www.scml.pt/default.asp?site=história,2011,Santa> Casa da Misericórdia de Lisboa-

História, [Consult. 09 Fevereiro 2011].

Iniciativa, Número 9, Novembro-Dezembro (2005), entrevista com Dra. Lúcia dos Passos

da MORABI e com Dra. Rosa Lomba da OMCV, in DOSSIER DE MICROCRÉDITO, 16.

Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Nacional de Estatística,

2008, Inquérito ao Emprego, 2008. Disponível

em: <http://www.iefp.cv/index2.php?option>

[=comdocman&task=docview&gid=22&Itemid=53](#) [Consult. 20 Dezembro 2010].

Instituto Nacional de Estatística (2008), QUIBB 2007-Workshop de disseminação dos resul-

tados da pobreza em Cabo Verde. Disponível em

<http://www.google.pt/search?q=Percentagem+de+pobreza+em+Cabo+Verde&hl=pt->

[PT&source=hp&biw=1020&bih=610&emsg=NCSR&noj=1&ei=ic4PTcX1N86K_AayobDMD](#)

[Q&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gsrfai](#); [Consult. 20 Dezembro 2010].,

Instituto Nacional de Estatística (2010), Apresentação dos Resultados preliminares do IV

Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010, Gabinete do Recenseamento Ge-

ral da População e Habitação – RGPH 2010, Praia, 24 de Setembro de 2010. Disponível em: www.ine.cv. [Consult. 27 Novembro 2010].

Instituto Nacional de Estatística (2011) Resultados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação. Disponível

em: <http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/CD/PDF/resultados.pdf> [Consult. 25 Junho 2011].

Mendes, A. *etal.* (2007), Relatório Final-Estudo de Avaliação do Sistema de microcrédito em Portugal, Porto, Junho de 2007, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto;

Millennium Challenge Account – Cape Verde (2008), Diagnóstico Institucional (RESUMO) de ADIRV, AMUSA, ASDIS, FAMIPICOS, MAIENSE, OMCV, MORABI, SOLDIFOGO, elaborado por PlaNetFinance (Set. 2008).

Ministério das Finanças e Administração Pública (2008), Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza-II, Maio de 2008.

Ministério da Qualificação e Emprego (2008), Estudo-Diagnóstico sobre o Emprego em Cabo Verde. Disponível em <http://www.gov.cv> [Consult. 03 Abril 2011].

Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade (2008), Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, Perspectivas para o III Ciclo (2008-2011).

Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade Social (2010), Planificação Estratégica – Sector das Microfinanças (2010-2016), Não publicado.

Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade Social (2010), Planificação Estratégica – Sector das Microfinanças, Plano de Acção 2011-2013. Não publicado. MiX, Microfinance

Information Exchange (2009), The Microfinance Bulletin, No.19 December 2009, indicator

definitions, pp.53. Disponível

em:<http://www.themix.org/sites/default/files/MBB>, [Consult. em 06Janeiro2011] pp.45a 53.

MORABI () Apresentação da MORABI

Neves, J.M. (2010), discurso do Primeiro-ministro de Cabo Verde no acto de inauguração do Novo Banco pp.Disponível em:<http://www.gov.cv>. [Consult.09Novembro2010]

OMCV-Organização das Mulheres de Cabo Verde, Relatório de Actividades Outubro de 2007- Setembro de 2008, 2008, elaborado por Egídio F. Lopes, Coordenador Nacional do Programa do Microcrédito da OMCV.

Página oficial do Governo de Cabo Verde (2010) – Windows Internet Explorer. Disponível em:<http://www.governo.cv/>, [Consult. 20Dezembro2010].

Página oficial do Governo de CABO VERDE (2010) – Windows Internet Explorer, o Governo quer novo banco para reforçar microfinanças. Disponível em <http://www.governo.cv/index.php?option=comcontent&task=view&id=1249> [Consult. 20Dezembro2010].

Parente, Silvana (2002), **Microfinanças, Saiba o que é um banco do povo**, colecção Prazer em Conhecer. Editado por Agência de Educação para o Desenvolvimento, SHIN QI3conjunto5casa2LagoNorte, BrasíliaDistritoFederalCEP71505-250, www.aed.org.br.

Parente, Silvana (2003), **Microfinanças Passo a Passo, Saiba como implantar e gerenciar uma organização de microcrédito**, Colecção FAZENDO ACONTECER, editado por Agência de Educação para o Desenvolvimento, SHIN QI 3 conjunto 5 casa 2 Lago Norte, Brasília Distrito Federal CEP 71505-250, www.aed.org.br.

PlaNFinance (2009), Situação das Microfinanças em Cabo Verde e Perspectivas de Regulação, www.planetfinancegroup.org.

Passos, Lúcia (2011), Página O sucesso do microcrédito: Créditos micro, resultados macro, em entrevista com Lúcia dos Passos. Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/detail/id/16316> [Consul.27Março2011].

Serra, João Pinto, João Manuel Almeida (2000), **Diagnóstico da Situação Actual da Microfinança em Cabo Verde**, Comité de Pilotagem do Microcrédito.

Soares, Anilda (2003), **Estudo do impacto do microcrédito na vida dos clientes**, Comité de Pilotagem de Microcrédito.

Yunus, M. (2008 - A). **O Banqueiro dos Pobres, 5ª edição**. DIFEL, Media livros – Actividades Editoriais, S.A. Campo de Santa Clara, 160 C/D, 1100-475 Lisboa; www.medialivros.pt;

Yunus, M. (2008 - B). **Criar Um Mundo Sem Pobreza - O Negócio Social e o Futuro do Capitalismo**. DIFEL, Media livros – Actividades Editoriais, S.A, Campo de Santa Clara, 160 C/D, 1100-475 Lisboa; www.medialivros.pt;

<http://microcredito.wordpress.com/origem-do-microcredito>, Origem do Microcrédito, Página do Microcrédito, Weblog sobre o microcrédito/microcreditµfinanças/microfinanzas/microfinances [Consult.23Novembro2010].

Wikipedia enciclopédia livre, Pobreza. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pobreza>. [Consult.22Novembro2010].

Wikipedia, the free encyclopedia, Credit Union. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Credit_union [Consul.01Dezembro2010].

Pessoas contactadas

Dr. Águido Cabral da AFROSONDAGEM, Consultor.;

Dr. Aguinaldo Marçal, Gestor do Projecto, Desenvolvimento Sector Privado, MCA-CV;

Dra. Alicia Mota INE, Técnica da Direcção de Estatísticas Demográficas e Sociais do INE;

Dra. Anilda Soares-Instituto Cabo-Verdiano para Igualdade e Equidade do Género, Consultora FAM-F;

Dr. Antero Semedo, Presidente da FAMI-PICOS;

Dr. Bernardino Gonçalves, Secretário Executivo da FAM-F;

Dra. Conceição Faheina, consultora da PlaNetFinance;

Eng^a. Elsa Simões, Directora do Projecto Conservação das Bacias Hidrográficas e Apoio à Agricultura do MCA-CV

Dra. Eunice OMCV;

Dr. Francisco Tavares, Presidente da ASDIS;

Dra. Idalina Freire Gonçalves Presidente da OMCV, responsável Área do MC;

Dr. José Galvão de Banco de Cabo Verde;

Dra. Lina, Responsável pela área do microcrédito da MORABI;

Dra. Lúcia dos Passos, Presidente da MORABI;

Dr. Laurent Mehdi Brito, Director da Unidade de Gestão do MCA-CV

Dra. Sónia Cruz Varela, responsável Gabinete Micro Finanças Banco de Cabo Verde;

Anexo 1: OMCV - Balanço e Demonstração de Resultados		
Demonstração de resultados	2008	2009
Receitas financeiras		
Receitas de serviços financeiros	12.493.864,00	15.407.181,00
Receitas sobre aplicações	4.827.789,00	262.722,00
Receitas financeiras totais	17.321.653,00	15.669.903,00
Custos financeiros		
Juro e taxas sobre os rec. Financeiros	105.734,00	464.004,00
Juro pago sobre o depósito de poupança	0,00	0,00
Custos financeiros totais	105.734,00	464.004,00
Margem financeira bruta	17.215.919,00	15.205.899
Provisão para empréstimos não recuperáveis	528.309,00	458.207,00
Margem financeira líquida	16.687.610,00	14.747.692,00
Custos operacionais		
Programa (agência)	6.834.343,00	8.875.774,00
Administração (Matriz)	5.987.145,00	3.903.670,00
Custos operacionais	12.821.488,00	8.631.774,00
Receitas líquidas de operação (antesimp)	3.866.122,00	6.115.918,00
Quantia de impostos pagos	0,00	0,00
Receita líquida de op. (pós imp)	3.866.122,00	6.115.918,00
Receitas de doações	240.000,00	244.000,00
Excedente de receitas sobre despesas	4.106.122,00	6.359.918,00
Balanço		
Activos		
Activo circulante		
Caixa e Bancos	2.882.153	1.691.593
Carteira activa bruta	58.571.976	85.956.717
(Menos: reserva para perda sobre empréstimos)	-19.929.464	-19.929.464
Carteira activa líquida	38.642.512	66.027.253
Aplicações de curto prazo	1.939.075	1.939.075
Subtotal activo circulante	43.463.740	69.657.921
Activo fixo		
Terrenos	0,00	0,00
Edifícios (bruto)	0,00	0,00
Mobília e equipamentos (bruto)	3.845.485	3.995.468
(Depreciação acumulada)	-2.681.388	-3.139.595

Anexo1: OMCV- Balanços e Demonstração de Resultados (Continuação)		
Outros activos de longo prazo		
Investimentos de longo prazo	0,00	0,00
Outros activos de longo prazo (líquido)	0,00	0,00
Subtotal, Activos de longo prazo	1.164.097	855.873
ACTIVOS TOTAIS	44.627.837	70.513.794
PASSIVO		
Passivo circulante		
Outras obrigações	244.000,00	0,00
Depósitos de poupanças	0,00	0,00
Empréstimos de curto prazo	13.499.218,00	28.200.902,00
Outros passivos circulantes	17.909.902,00	22.078.548,00
Subtotal passivo circulante	31.653.120,00	50.279.450,00
Passivo de longo prazo		
Empréstimos de longo prazo	0,00	0,00
Outros passivos de longo prazo	0,00	0,00
Subtotal passivo de longo prazo	0,00	0,00
Passivos totais	31.653.120,00	50.279.450,00
Património		
Capital doado acumulado, períodos prévios	15.397.582,00	20.475.682,00
Capital doado período corrente	0,00	0,00
Outros		
Ajustes		
Excesso (deficit) líquido acumulado		
Períodos anteriores	-4.804.752,50	-898.698,50
Excesso (deficit) líquido acumulado		
período corrente	2.381.887,00	657.361,00
Património total	12.974.716,50	20.234.344,50
TOTAL PASSIVOS E PATRIMÓNIO	44.627.836,50	70.513.794,50

Anexo2: Morabi- Balanço e Demonstração de Resultados

Demonstração de resultados	2008	2009
Receitas financeiras		
Receitas de serviços financeiros	28.640.672	34.998.405,00
Receitas sobre aplicações	1.890	1.890,00
Receita financeiras totais	28.642.562	35.000.295,00
Custos financeiros		
Juros e taxas sobre recursos financeiros	165.684	743.767,50
Juros pagos sobre depósitos de poupança		-
Custos financeiros totais	165.684	743.767,50
Margem financeira bruta	28.476.878	34.256.527,50
Provisão para empréstimos não recuperáveis	2.159.730	4.264.971,88
Margem financeira líquida	26.317.148	29.991.555,62
Custos operacionais		
Programa (agência) - Despesa com o pessoal	12.387.453	16.255.175,56
Administração (matriz)	6.330.410	6.695.070,00
Custos operacionais totais	18.717.863	22.950.245,56
Receitas líquidas de operações (antes dos impostos)	7.599.285	7.041.310,06
Quantia de impostos pagos		-
Receitas líquidas operacionais pós impostos	7.599.285	7.041.310,06
Receitas de doações		-
Excedente de receitas sobre as despesas	8.015.551,00	7.041.260,06
Balanço		
Activo circulante		
Caixa e Bancos	7.103.593	12.516.475,15
Carteira activa bruta	108.873.537	134.452.881,00
Menos: provisão para perdas sobre empréstimos	-15.436.838	- 20.150.770,33
Carteira activa líquida	93.436.699	114.302.110,67
Aplicações de curto prazo		-
Reservas de poupanças		-
Subtotal activo circulante	100.540.291	126.818.585,82
Activo fixo		
Terrenos		-
Edifícios (bruto)		-
Mobília e equipamento (bruto)	8.293.240	8.740.497,00
Depreciação acumulada	-3.708.424	- 4.658.449,00
Activo fixo líquido	4.584.816	4.082.048,00
Outros activos de longo prazo		
Investimentos de longo prazo	500.000	500.000,00
Subtotal activo de longo prazo	5.084.816	4.582.048,00
ACTIVOS TOTAIS	105.625.107	131.400.633,82

GLOSSÁRIO

1. ACDI/VOCA – Agricultural cooperative for Development International/ volunteers in Overseas Cooperative Assistance – ONG americana com fundos provenientes do programa de Ajuda Alimentar Americana através da USAID (Soares, 2003,13).
2. ADF – African Development Foundation – Instituição governamental americana com recursos provenientes do Congresso americano (Soares, 2003,13).
3. Capital inicial – Capital necessário para iniciar as operações de uma IMF(BCV,2010,60)
4. Carteira activa – Carteira de créditos a receber (BCV,2010,60).
5. CGAP, Consultative Group to Assist the Poorest (Grupo Consultivo para Assistência aos mais Pobres), consórcio formado por 29 doadores, sendo Agências de Desenvolvimento de 16 países desenvolvidos e 12 Agências multilaterais de Desenvolvimento económico entre as quais o BID, o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Europeu para a reconstrução e Desenvolvimento (www.iadb.org www.microrate.com.)
6. MIX, Microfinance Information Exchange – Empresa sem fins lucrativos que se dedica a promover a infra-estrutura do sector de microfinanças nos países em desenvolvimento, promovendo dados financeiros e operacionais padronizados e de fácil consulta, assim como outros serviços especializados (www.themix.org.)
7. Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza – financiado por diferentes organismos entre os quais o Banco Mundial e o BAD.